

PLANO DIRETOR DE VILA VELHA

Desembargador acata pedido de suspensão

Dair Bregunce deu voto favorável à ação movida pelo Ministério Público Estadual

▄ **NATÁLIA DEVENS**
ncosta@redgazeta.com.br

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo começou a analisar, ontem, a ação do Ministério Público Estadual que pede a suspensão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila Velha, aprovado em setembro de 2013 pela Câmara de Vereadores.

Em seu voto, o relator do processo, desembargador Dair José Bregunce, acatou o pedido do Ministério Público e votou pela suspensão do PDM. Mas o julgamento foi adiado, após o pedido de vista.

O principal argumento do relator, ao garantir seu

voto pela suspensão do plano diretor, foi o fato de não ter havido participação popular nos debates para definição das regras construtivas no município.

O desembargador Bregunce ainda citou problemas em 12 diretrizes ambientais e urbanísticas do plano. A votação da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) foi adiada após pedido de vista do desembargador Aduato Dias Tristão. A votação é plenária.

OITO ANOS

O PDM de Vila Velha é alvo de questionamentos judiciais desde 2006, quando os vereadores alteraram 13 itens do projeto de lei elaborado pelo então prefeito da cidade, Max Filho, em detrimento às discussões feitas

com a população. A lei entrou em vigor em 2008, mas o Ministério Público ajuizou uma ação civil pública pedindo a inconstitucionalidade dos 13 artigos.

Em maio de 2012, o Pleno do Tribunal de Justiça julgou os itens como inconstitucionais, e o PDM ficou suspenso até outubro daquele ano, impedindo aprovação e análise de projetos.

Em setembro de 2013, foi aprovado outro PDM pela Câmara de Vila Velha, que fazia vigorar basicamente o que foi estabelecido pelo PDM de 2006.

Na Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pela promotoria em novembro de 2013, consta que há 359 projetos beneficiados pela lei, sendo 105 de grandes empreendimentos.

GABRIEL LORDÉLLO/ARQUIVO



Votação sobre regras de construção em Vila Velha continua no Tribunal de Justiça